

Democratização da política e da gestão da água: um desafio transdisciplinar

Dr. Luis Henrique Cunha

Universidade Federal de Campina Grande

FUNDAJ – RECIFE

18 DE AGOSTO DE 2017

A urgência de uma ecologia política da água no semiárido brasileiro

Para além do paradigma da oferta

Acesso e gestão da água como questão distributiva

Relativa invisibilidade dos conflitos distributivos

Enquadramento fundiário da temática da água

Maria da Conceição Tavares — Água tem pra burro, no Nordeste... O problema não é água...

Celso Furtado — A água que chega ao mar é muita, e há muita água subutilizada. Construiu-se a represa de Orós, uma massa d'água que poucas zonas semi-áridas do mundo têm. E para quê? O aproveitamento real é muito pequeno. Nós mandamos fazer um estudo completo com os franceses sobre a questão do uso daquelas terras. Os donos das terras só querem usá-las para pecuária, e para outra coisa qualquer que dê dinheiro, mas não produzir alimentos.

(Seca e Poder – Entrevista com Celso Furtado, 1998)

A seca e a questão fundiária

Estudando a região, sobretudo no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ele [Celso Furtado] salienta que a pobreza resulta muito mais da forma de exploração da terra e das relações de produção, do que do impacto da seca; o problema é muito mais social que natural.

(Manoel Correa de Andrade, Prefácio à Seca e Poder)

Questões relativas à estrutura fundiária

	Pequenas	Médias	Grandes
Seridó Ocidental Paraibano	46,6%	30.5%	22.9%
Seridó Oriental Paraibano	47.8%	27.5%	24.7%
Cariri Ocidental	46,9%	30.8%	22.3%
Cariri Oriental	41,9%	32.7%	25,4%
Curimataú Ocidental	41,4%	21,0%	37.6%
Curimataú Oriental	63.4%	18,1%	18,5%

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

O direito à água nas comunidades rurais

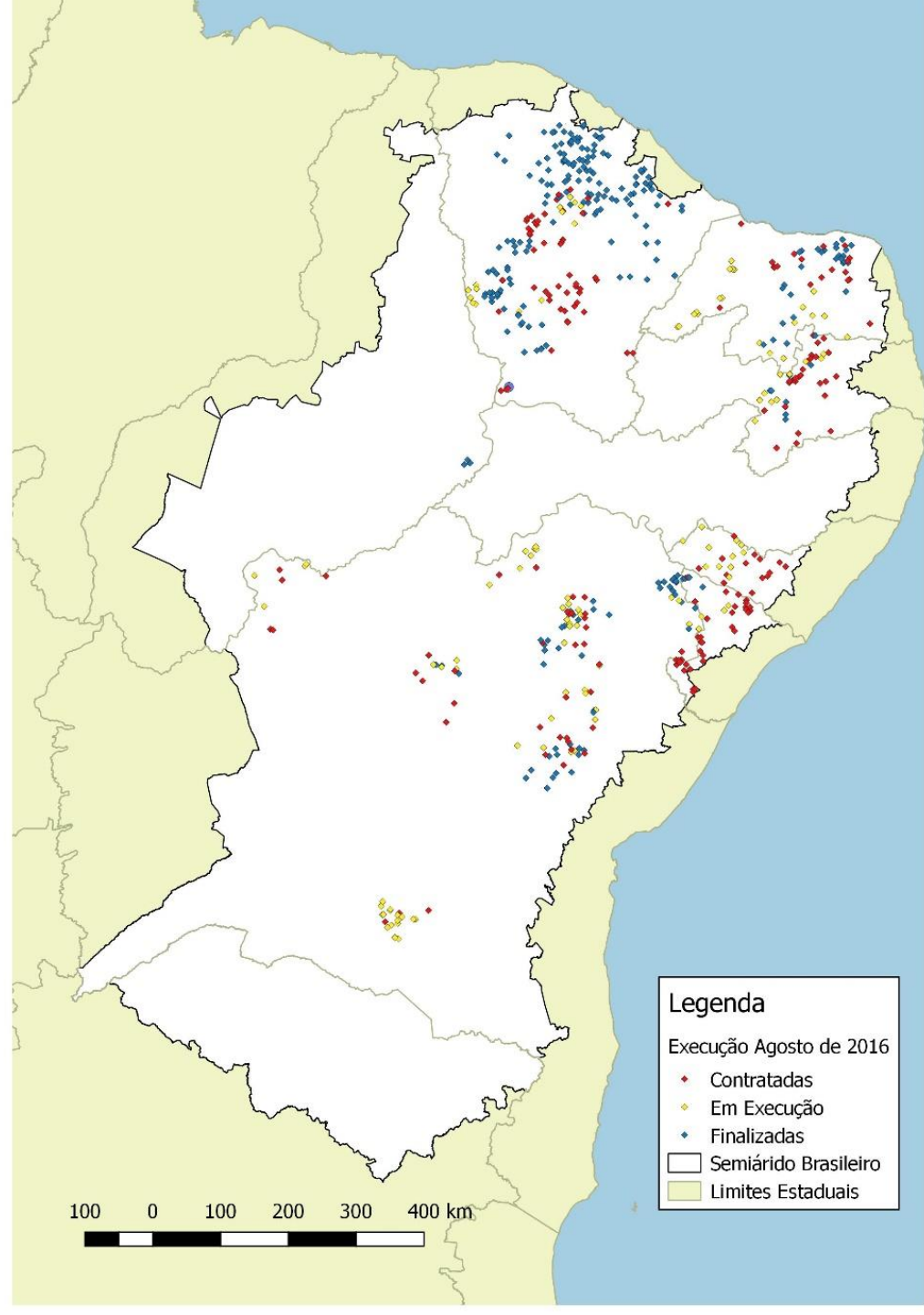
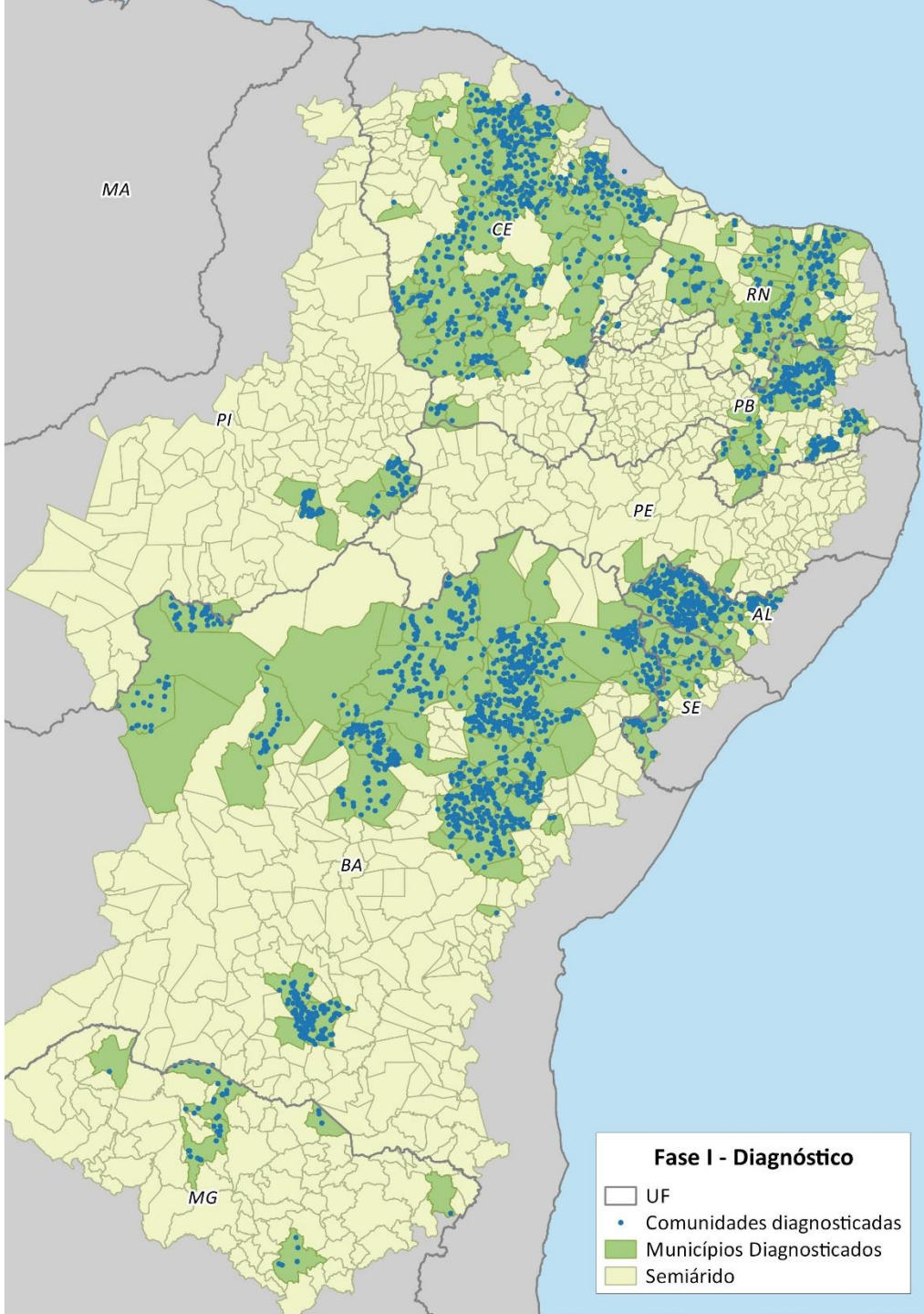
Formas alternativas de oferta:

P1MC – Cisternas

Programa Água Doce – Dessalinização de águas subterrâneas

Convênios do Programa Água Doce – 2011/2018

UF	Conveniente	Núm. de Sistemas	Vigência		Valor total dos convênios
			Início	Fim	
CE	SRH	277	14/6/2012	29/8/2017	R\$ 47.087.618,07
PB	SEIRHMACT	93	22/12/2011	18/8/2017	R\$ 22.036.629,57
SE	SEMAR	33	22/12/2011	25/7/2017	R\$ 6.652.305,90
RN	SEMARH	132	30/12/2011	28/10/2017	R\$ 19.960.894,36
PI	EMATER	67	21/12/2012	19/12/2018	R\$ 13.250.044,87
BA	SEMA	385	4/7/2012	31/3/2017	R\$ 61.828.573,00
AL	SEMARH	101	20/12/2011	31/12/2016	R\$ 21.744.190,36
MG	SEDRU	69	27/12/2012	30/11/2018	R\$ 15.449.809,76
PE	SARA	170	6/12/2013	18/3/2019	R\$ 36.965.029,07
MA	SAF	30	26/04/2016	30/09/2018	R\$ 9.667.110,79
TOTAL		1357			R\$ 254.768.205,75



Semiárido rural?

Municípios	População 1991			População 2000			População 2010		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Cariri Ocidental (PB)	110.927	54.499 (49,1%)	56.428 (50,9%)	113.336	64.588 (57,0%)	48.748 (43,0%)	121.531	75.825 (62,4%)	45.706 (37,6%)

Fonte: IBGE: Censos demográficos de 1991; 2000 e 2010

Questões demográficas

No Cariri Ocidental da Paraíba:

- Em 2000, 08 dos 17 municípios tinham mais de 50% de sua população nas zonas rurais. Em 2010 eram apenas 04.
- Em 2010, dos 17 municípios, 12 tinham menos de 3 mil habitantes na área urbana. As exceções eram: Monteiro (20.261); Sumé (12.236); Taperoá (8.939); Serra Branca (8.418) e Livramento (3.752).
- Assunção, município com 3.522 habitantes, tinha 80,8% de população urbana em 2010. Em Zabelê (2.075 habitantes), 70,9%; e em Ouro Velho (2.928 habitantes), 69,9%. Monteiro, município mais populoso, tinha taxa de urbanização de 65,7% neste mesmo ano.

A urgência de uma ecologia política da água no semiárido brasileiro

Os desafios da cidadania hídrica:

Movimentos sociais de luta pela água

Qual o papel do Estado?